

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



Fundos fechados acumularam rentabilidade de 179,1%

Fundos de pensão fecham 2025 com superávit de R\$ 17,7 bilhões

Os planos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (fundos de pensão) encerraram 2025 com superávit de R\$ 17,7 bilhões, revertendo o déficit de R\$ 9,88 bilhões registrado no fim de 2024, segundo o Relatório Gerencial da Previdência Complementar (RGPC), divulgado pelo Ministério da Previdência Social. A recuperação foi impulsionada pelo desempenho do mercado financeiro, pela valorização dos títulos públicos e pela alta da Bolsa. O setor administra R\$ 3,26 trilhões em ativos, equivalentes a 26% do PIB, e pagou R\$ 100,3 bilhões em aposentadorias e pensões nos últimos 12 meses. O relatório também destaca que, entre 2016 e setembro de 2025, os fundos fechados acumularam rentabilidade de 179,1%, superior aos 138,5% dos planos abertos. Pela primeira vez, o documento ganhou versão em inglês para ampliar o intercâmbio internacional de informações.

PF pede mais prazo em investigação do INSS

A Polícia Federal pediu ao ministro do STF, André Mendonça, mais prazo para concluir o inquérito da Operação Sem Desconto, que investiga um esquema de fraudes em descontos associativos aplicados a aposentados e pensionistas do INSS. A corporação informou que ainda analisa celulares, HDs e outros materiais apreendidos. A investigação apura a atuação de uma organização criminosa com participação de agentes públicos, associações e empresas.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Fachada do Prédio da Polícia Federal, em Brasília.

Projeto esclarece tempo de benefício no INSS

O deputado federal Jonas Donizette (PSB/SP) apresentou o PL 3.348/2026, que altera a Lei 8.213/1991 para deixar expresso que o período em que o segurado recebe benefício por incapacidade, desde que intercalado com atividade ou contribuição, é equiparado a tempo de contribuição e não configura tempo fictício. A proposta busca dar segurança jurídica após a reforma da Previdência de 2019, alinhando a legislação ao entendimento já adotado pela Justiça, sem criar novos direitos ou ampliar as regras atuais de contagem do tempo previdenciário.

Projeto endurece penas para fraudes no INSS

O deputado federal Fred Linhares (Republicanos-DF) apresentou o PL 3.312/2026, que cria no Código Penal o crime específico de fraude por descontos indevidos em folhas de pagamento, aposentadorias, pensões e benefícios. A proposta prevê pena de 4 a 8 anos de prisão, agrava punições para organizações criminosas e endurece as regras contra lavagem de dinheiro nesses golpes, que têm aposentados e pensionistas como vítimas.

Correios I

Em audiência na Câmara, foi relatado que empregados e aposentados dos Correios sofrem um desconto de 24% nos salários para cobrir o déficit do fundo de pensão Postalís. A cobrança continua há 16 anos e é gerada por prejuízos em investimentos do banco BNY Mellon. O desconto atinge quem ganha de R\$ 1,2 mil a R\$ 2 mil

Correios II

O prejuízo do fundo é estimado em R\$ 15 bilhões. Para evitar a liquidação, os Correios assumiram R\$ 7,6 bilhões e os trabalhadores o restante. O BNY Mellon foi condenado pelo TCU a pagar R\$ 833 milhões, mas recursos judiciais travam as cobranças. Foi criticada a falta de punição aos responsáveis pela má administração que pune os funcionários.

INSS I

A fila de requerimento do INSS fechou junho com 1,8 milhão de pedidos. 825 mil requerimentos estão aguardando há menos de 45 dias. Outros 555 mil pedidos aguardam há mais de 45 dias e 451 mil dependem de ações do segurado. Os números foram apresentados durante reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)

INSS II

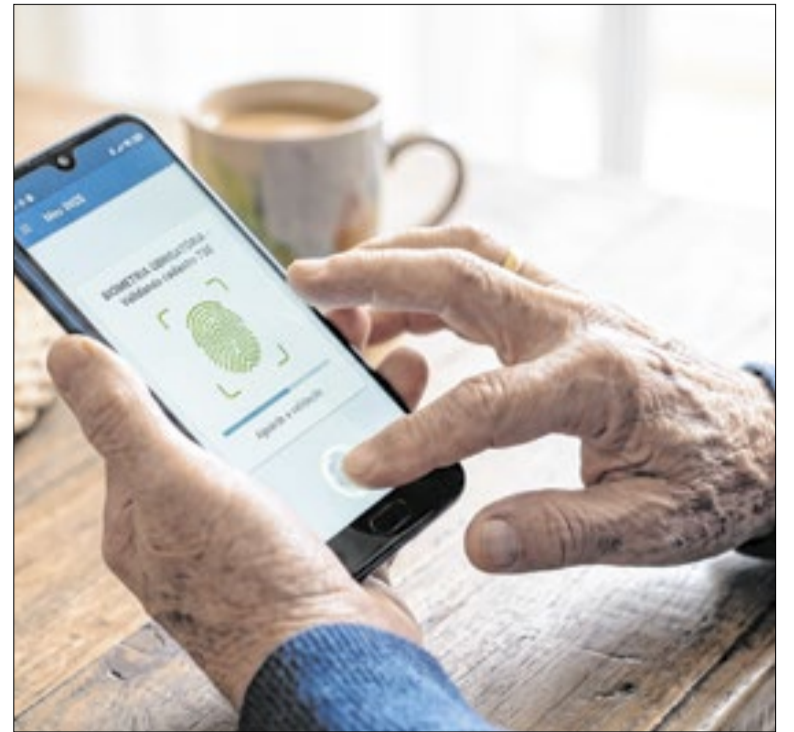
O INSS está concedendo 700 mil benefícios por mês. O Instituto leva 50 dias para concluir os requerimentos. A melhora dos indicadores reflete ações para agilizar as análises como a ampliação de atendimentos, reforço nas equipes, perícia conectada, foco em novos pedidos e o uso da análise documental de atestado médico para pedido de Benefício por incapacidade.

DNICA I

O PL 3423/2026, do deputado federal Bruno Ganem (PODEMOS/SP), institui o Documento Nacional de Identificação do Cuidador Atípico (DNICA). A proposta visa reconhecer, proteger e oferecer apoio essencial a cuidadores de pessoas com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou doenças raras

DNICA II

O DNICA garante prioridade em atendimentos públicos, educação e saúde, além de agilidade em processos administrativos e judiciais. A iniciativa cria o Cadastro Nacional de Cuidadores Atípicos, ferramenta que ajudará o governo a monitorar a população de cuidadores e formular políticas públicas mais eficientes para quem cuida de seus entes.



25% dos beneficiários do INSS ainda não possuem biometria cadastrada

Consignado do INSS reduz 40% com novas regras e fraudes

Endividamento dos idosos e biometria reduzem concessão de crédito

Da Redação

A concessão de novos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) registrou queda nos últimos dois anos. Dados do Banco Central mostram que os desembolsos somaram R\$ 22,6 bilhões entre janeiro e abril de 2026, retração de 40% em relação ao mesmo período de 2024, quando atingiram R\$ 37,7 bilhões. Em comparação com 2025, quando foram liberados R\$ 33,7 bi, o recuo foi de 33%.

A redução resulta da combinação entre o aumento do endividamento dos idosos e as novas regras para contratação do crédito consignado, adotadas pelo governo para combater fraudes. Desde maio de 2025, aposentados precisam validar a contratação por meio de biometria no aplicativo Meu INSS, com verificação integrada ao cadastro biométrico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Segundo o Ministério da Previdência, cerca de 25% dos beneficiários ainda não possuem biometria cadastrada no TSE, o que impede o acesso à modalidade de crédito, considerada uma das mais baratas do mercado. Em abril, a taxa média de juros do consignado do INSS era de 23,9% ao ano, menos da metade da média de

63% cobrada em outras linhas de crédito para pessoas físicas.

Outro fator que explica a desaceleração é o elevado comprometimento da renda dos idosos. Dados da Serasa mostram que quase metade das pessoas com mais de 60 anos estava negativada em dezembro de 2025, percentual superior aos pouco mais de 35% registrados no fim de 2021. Além disso, levantamento realizado neste ano aponta que cerca de 80% dos aposentados comprometem entre 81% e 100% da renda com despesas fixas e dívidas.

Para o Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), "a queda nas concessões representa uma acomodação do mercado após anos marcados por denúncias de assédio comercial e empréstimos contratados sem autorização dos beneficiários". Casos de fraudes, inclusive envolvendo aposentados falecidos e descontos indevidos, motivaram o reforço nos mecanismos de segurança adotados pelo INSS.

As instituições financeiras, por outro lado, defendem que o atual processo de contratação é burocrático. O setor afirma que a exigência de biometria vinculada ao TSE dificulta o acesso ao crédito para milhões de aposentados e defendem alternativas, como a utilização da autenticação pelo Gov.br.